

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: CONHECER PARA NÃO DISCRIMINAR

Valéria Araújo de Souza

RESUMO: Esta pesquisa, de natureza bibliográfica com análise documental, tem como objetivo investigar de que forma é tratada a variação linguística no processo educativo, em especial no ensino de Língua Portuguesa. Os estudiosos que contribuíram para esta análise mais intensa foram BAGNO (2003), BORTONI (2004), MOLLICA (2003) e MONTEIRO (2000). É de fundamental importância construir uma maneira adequada de se trabalhar a variação linguística em sala de aula. Há bastantes teorias sobre esta questão, mas entre a teoria e a prática se estabelece um grande abismo. Os professores embora leiam sobre o assunto não põem em prática seus conhecimentos, dando sempre prioridade à norma culta. Para romper com o preconceito linguístico é necessário que o professor desenvolva no aluno a competência comunicativa em seus diferentes contextos discursivos. Ao analisarmos três livros didáticos indicados pelo Programa Nacional do Livro didático- PNLD e EJA. Percebemos que estes teceram consideração sobre a variedade linguística, pois é critério estabelecido pelo Ministério da Educação- MEC e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. Concluímos que princípio de tratamento da variação linguística não deve limitar-se a fenômenos de prosódia ou de léxico, mas na evidenciação do fato da língua, da apresentação sua variabilidade em todos os seus níveis seja social, cultural, etária, geográfica entre outros. Cabe ao professor avaliar o material didático adotado pela escola e perceber se há necessidade de inclusão de outros materiais que possibilitem contemplar a diversidade linguística.

PALAVRAS CHAVE: Ensino. Livro Didático. Preconceito Linguístico. Variação Linguística.

1INTRODUÇÃO

A heterogeneidade linguística em um país continental e diversificado como o Brasil é um fato natural e inevitável, isto é, a variação faz parte da natureza da linguagem e é resultado da diversidade de grupos sociais e da relação que estes grupos mantêm com as normas linguísticas.

Aqui no Brasil muito se fala em preconceito linguístico e diariamente percebemos como as variações linguísticas se fazem presente em nosso convívio. O trabalho pedagógico do professor esta inserido nesse contexto, diariamente, na sala de aula, pois cada aluno expressa na sua fala sua identidade, quer seja social,

cultural, geográfica ou etária. Julgamos que nossa pesquisa poderá contribuir para fomentar uma reflexão acerca da variação linguística no ensino de Língua Portuguesa. Nosso trabalho se justifica também a partir de seu aspecto prático, tendo em vista que as análises empreendidas ao longo de nossa pesquisa nos subsidiarão a uma prática docente mais embasada no pensamento científico atual em torno da natureza social da linguagem, o que nos ajudará a tentar evitar que nos tornemos porta-vozes e agentes de práticas preconceituosas e equivocadas em relação à linguagem.

Esta pesquisa se configura como bibliográfica com análise documental por analisar textos escritos. Os teóricos que fundamentaram esta pesquisa foram BAGNO (2003), BORTONI (2004), MOLLICA (2003), MONTEIRO (2000) entre outros que trouxeram informações que apontam como as variedades linguísticas são eficazes na comunicação verbal e possuem valor nas comunidades em que são faladas.

Esperamos com este estudo, o reconhecimento da variação linguística como condição necessária para que os professores compreendam o seu papel de formar cidadãos capazes de proporcionar uma dinamicidade nos atos de fala, bem como nas mais diversas situações comunicativas. E isso só pode ser feito mediante a explicitação na sala de aula. Cabe assim ao professor o papel de criar situações de aprendizagens que possibilitem aos estudantes utilizarem as diversas variedades linguísticas da sua língua.

2 LÍNGUA E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Em oposição ao tratamento homogêneo dado à língua, surge na década de 60 um novo campo de estudos linguísticos, cuja tarefa é relacionar língua e sociedade: a Sociolinguística. A sociolinguística busca compreender a linguagem humana de acordo com a sociedade em que está inserida. Neste contexto MOLLICA (2003, p.10) nos fala:

A sociolinguística é uma das subáreas da linguística que estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala. Igualmente corriqueiro consiste em assinalar que sua atenção está voltada para um tipo de investigação

que correlaciona aspectos dos sistemas linguísticos a aspectos dos sistemas sociais.

Desse modo, como a língua é uma forma de comportamento social e a sociedade é bastante diversificada, assim como suas manifestações culturais, a ocorrência da variação linguística é inteiramente justificável e previsível. A Sociolinguística reconhece a Variação Linguística como constitutiva de línguas humanas e a considera como seu objeto de estudo. MOLLICA (op. cit., pp. 9-10) descreve este objeto nos seguintes termos:

A Sociolinguística considera em especial como objeto de estudo exatamente a variação, entendendo-a como um princípio geral e universal, passível de ser descrita e analisada cientificamente. Ela parte do pressuposto de que as alternâncias de uso são influenciadas por fatores estruturais e sociais. Tais fatores são também referidos como variáveis independentes, no sentido que os usos de estruturas linguísticas são motivados e as alternâncias configuram-se por isso sistemáticas e estatisticamente previsíveis.

Nesse sentido, entendemos a Sociolinguística como um ramo da Linguística, de caráter interdisciplinar, que concentra seus estudos na língua enquanto entidade concreta, heterogênea, na sua relação com seus usuários no contexto geográfico, social e interacional. Além disso, a Sociolinguística se interessa em analisar as atitudes dos usuários em relação às formas da língua, conforme o grau de prestígio destas formas, ou mais propriamente, o grau de prestígio de seus usuários.

A língua, portanto, apresenta variações, condicionadas por fatores internos e sociais. Quanto a este último fator, CAMARA JR (2001, p. 17) explica quais são os condicionadores da variação:

Ela [a língua] varia no espaço, criando no seu território o conceito dos dialetos regionais. Também varia na hierarquia social, estabelecendo o que hoje se chama os dialetos sociais [...]. Varia ainda, para um mesmo indivíduo, conforme a situação em que se acha [...] estabelecendo o que um grupo moderno de linguistas ingleses denomina os registros.

Percebemos com a citação acima que a língua está em constante transformação e essas transformações ocorrem em função de fatores tais como: a idade, o contexto social, a classe social, o nível de escolaridade. As variações nos

dialetos, idioletos e socioletos podem ser percebidos não apenas pelo vocabulário, como também através das diferenças na gramática, na morfologia e na versificação.

Costumamos dizer que o dialeto é uma variedade subordinada a uma dada língua, que assim seria entendida como a soma de vários dialetos. Em geral, entende-se que um dialeto se circunscreve a uma zona ou região territorial, que frequentemente coincide com as fronteiras ou barreiras geográficas. Mas, quando se tenta estabelecer limites entre diferentes dialetos, corre o risco de se considerar muito mais os fatos sociais do que os linguísticos. Assim, se pensarmos no caso da língua portuguesa, não seríamos capazes de dizer quantos dialetos ela possui.

De acordo com MOLLICA (2003, p. 43), a “variação é a capacidade que a língua tem de ser heterogênea nos mais variados eventos de fala, nos quais, mais de uma forma equivale a um mesmo significado”. Baseados em tais argumentos podemos afirmar que as variações linguísticas são os diversos falares da humanidade, ocorrendo a partir de uma infinidade de fatores.

A mudança linguística tem um percurso bastante definido, de modo que há uma busca incessante de compreender o fenômeno caracterizado no indivíduo enquanto falante articulador inconsciente e também dos processos psíquicos e fisiológicos utilizados no momento da fala. Nesse sentido, uma pessoa pode ter diversas variantes dialetais em seu repertório e mudar de uma para outra de acordo com a situação em que se encontra. Desse modo, uma pessoa não precisa se sentir inferior por não dominar todas as variantes dialetais, uma vez que a variação se dá por diversos fatores, tais como: sexo, classe social, grau de escolaridade, bem como a mistura dos diversos falares.

3 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO CONTEXTO ESCOLAR

3.1 Como o professor de Língua Portuguesa pode trabalhar com a variedade linguística

O professor que conhece a questão da Variação Linguística está apto a contemplar as diversas formas de falar de seus alunos e orientá-los de forma eficiente para o exercício da comunicação, objetivo principal de quem ensina a língua materna. Para se obter uma formação satisfatória do aluno é necessário a

valorização de sua bagagem lingüística e cultural e se organizar o processo ensino-aprendizagem a partir do uso da linguagem.

Tornou-se pertinente a reformulação do conceito de o que seria ensinar português. Assim, as atividades de leitura, escrita e fala deve visar ao desenvolvimento do aluno habilidades de compreensão, reflexão e construção, e não constituírem barreiras para o desenvolvimento intelectual dos mesmos.

Mas, é interessante observarmos, que quando o professor vai para sala de aula a realidade que enfrenta é outra, pois o mesmo em contato com um vasto conhecimento cultural e regional do aluno, se vê perdido e acaba ensinando a língua portuguesa de forma descontextualizada, se utilizando do ensino prescritivo e de exemplos distantes da realidade do aluno.

Cabe dizer que a Sociolinguística sozinha não pode transformar o ensino de língua portuguesa, mas, fornece uma grande contribuição devido ao conteúdo informativo que contém. O professor de língua portuguesa com a função de ensinar as diversas maneiras da linguagem ao aluno deve produzir sua própria reflexão sobre as teorias lingüísticas e descrições pedagógicas, se beneficiando das aquisições dos alunos a qual é bastante diversificada, entendendo também que não há um único modelo lingüístico para o ensino.

BAGNO (2003, p.173- 4) não hesita em sugerir que é preciso definir de maneira mais democrática qual deve ser a norma a ser apresentada na escola:

Se é verdade que o padrão lingüístico será sempre um ideal, inatingível na prática em sua totalidade, também é verdade que a escola deveria se esforçar para que esse padrão absorvesse uma série de usos lingüísticos novos, perfeitamente assimilados pelos falantes cultos, e já consagrados até na literatura dos melhores escritores. Isso reduziria o abismo que existe entre o padrão lingüístico e o uso real da língua por parte dos falantes cultos. Além disso, é preciso também que, dentro da escola, haja espaço para o máximo possível de variedades lingüísticas: urbanas, rurais, cultas, não-cultas, faladas, escritas, antigas e modernas. Para que as pessoas se conscientizem de que a língua não é um bloco compacto, homogêneo, parado no tempo e no espaço, mas sim um universo complexo, rico, dinâmico e heterogêneo.

Dessa forma é necessário que a escola se esforce para ir além dos limites da norma padrão da língua, mostrando ao aluno que existem formas não previstas nesta norma, mas que são usadas pelos falantes das variedades mais prestigiadas e nos gêneros textuais escritos mais formais. Também é necessário que a escola

apresente aos alunos as diferentes formas proferidas por pessoas de diversas regiões, de diversos estratos sociais, de diversas faixas etárias etc. A fim de conscientizar o aluno que a sua forma de falar é tão valiosa como a norma padrão ensinada na escola.

Segundo LABOV apud MONTEIRO (2000, p.42) “a variação existe em todas as línguas, em todas as comunidades e até mesmo na fala de uma única pessoa”, portanto, a língua portuguesa é heterogênea e está em constante mudança, sendo assim uma unidade de muitas variedades. Podemos notar isso pelos seguintes exemplos fornecidos por CASTILHO (2000, p.32) “(...) na pronúncia (tia/tchia (...), porta/porrrta, REcifi/Recifi/Ricifi), no emprego de palavras (macaxeira/aimpim/mandioca, menino/garoto/guri), na morfologia e nas construções sintáticas (eles falam/eles fala, nós falamos/a gente fala (...))”.

Nesse contexto, o professor em sala de aula, deve levar em conta a variação dialetal do aluno e a escola deve respeitar os dialetos e entendê-los ensinando como a variedade funciona, sem desconsiderar as origens, culturas e conhecimentos prévios dos alunos. BORTONI (2004, p. 32):

Intervenções mais respeitosas nas falas das crianças, esclarecimento sobre as diferenças do português usado para ler e escrever e o usado para conversar, ampliação da liberdade de expressão do aluno e intervenção do professor no sentido de não *corrigir*, de forma autoritária, mas de mostrar as variações linguísticas e desenvolver o senso crítico dos alunos sobre elas.

Nessa perspectiva, a prática de ensino-aprendizagem deve basear-se em estudos dos textos feitos pelos próprios alunos (orais e escritos), isso porque a Variação Linguística contribui para a valorização do código oral para aprender a escrever, devido a isso, o professor deve rever seus conceitos de certo e errado. Enfim, o professor deve trabalhar com a linguagem vista como forma de interação, expressão de pensamento e transmissão de informações.

Com base nessa ideia os PCN (2001) afirmam que até os oito anos de idade o aluno deva ser capaz de interpretar diversos tipos de textos e de assumir suas palavras como verdadeiros cidadãos. Assim, eles devem ter domínio da linguagem para expressar suas idéias e pensamentos, e também ter domínio da língua para poder significar o mundo e a sociedade.

Com o desenvolvimento desses fatores o professor pode contribuir com a abolição do preconceito linguístico, o que tem causado o que BAGNO (2003, p.40) chama de “baixa auto-estima linguística”, que seria basicamente a vergonha ou medo de falar que muitos brasileiros enfrentam quando se deparam com situações que exigem um pouco mais de formalidade. Isso ocorre em muitas escolas onde professores com uma visão mais tradicionalista, se sentem donos da sala, desprezam a variação lingüística do aluno e impõe a eles uma normatização, entendendo que só há uma forma de escrever e falar bem imposto pela gramática tradicional.

O docente deve ter cuidado em utilizar qualquer pratica pedagógica, principalmente as de forma repetitiva e descontextualizada, isso porque ele deve considerar a aprendizagem da língua que os alunos dominam antes da escola. O mesmo não deve impor regras nem considerar uma cultura superior e isso não significa que ele abandone o ensino da língua culta, mas, convém trabalha-lá de forma adequada ampliando os dialetos dos alunos com uma aprendizagem de novas formas linguísticas.

Portanto, cabe ao docente induzir os alunos a uma prática de reflexão sobre os usos das variedades em diversos contextos, isso porque é importante para o aluno adequar a sua linguagem a uma determinada situação comunicativa considerando seu repertório linguístico. Sabendo disso, o professor deve iniciar seu trabalho partindo dos usos da língua pelos alunos, incorporando e valorizando a fala dos alunos em sala de aula, pois toda expressão tem sua legitimação.

MATTOS E SILVA (1995, p. 29) afirma que o modo como o brasileiro concebe a língua que fala tem se transformado, as regras da norma-padrão imposta pelas gramáticas normativas já não são únicas e absolutas. Em relação a essa questão, a autora argumenta:

Se o desvendar de nossa realidade lingüística, cada vez mais está se tornando realidade, o reajuste da norma, socialmente necessário, vem sendo feito intuitiva e impressionisticamente pelos professores, uma minoria, como sabemos, bem preparados lingüística e sociolingüisticamente. Além do que, a sociedade vai aceitando algumas novas formas de dizer sem carregá-las de estigma.

Desse modo, o professor que trabalha a variação linguística deve possibilitar que os alunos oriundos das classes sociais mais desfavorecidas se sintam aceitos

com sua maneira de falar e participem de práticas sociais que demandem conhecimentos linguísticos diversos e isso fará com que eles se sintam menos discriminados, porque o conceito de erro é mais uma questão social do que linguística.

O mesmo não deve ser um ditador de regras nem precisa o tempo todo corrigir o aluno de forma direta, mas, pode comentar seus erros e acertos ampliando o conhecimento dos alunos, assim ele estará trabalhando com a dificuldade destes e não os fazendo culpados, pois se é para atribuir culpa, ela esta basicamente no desconhecimento linguístico da escola e talvez pela omissão de professores quanto ao compromisso com a formação escolar do indivíduo.

3.2 Como a variação linguística é apresentada pelos PCN

Muitas pesquisas demonstram que é possível haver mudanças na maneira de ensinar a língua portuguesa aos alunos, mas, é importante dizer que as mesmas não ocorrem de um dia para o outro e requer um grande compromisso por parte do educador e da sua interação com a variação linguística.

Em suma, sobre este assunto, os PCN (2001, p.41) fazem uma indicação quanto ao trabalho da variação pelos professores estabelecendo os seguintes objetivos “[...] utilizar diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade linguística valorizada socialmente, sabendo adequá-los às circunstâncias da situação comunicativa de que participa”. Essa concepção mostra a importância das variedades da língua e verificam a existência e os valores sociais que há em cada variedade.

O ensino de língua portuguesa sempre foi concretizado a partir de regras impostas pela sociedade através da gramática prescritiva, a qual tem como “errada” a variação que se diferencia da norma culta. Neste contexto, vejamos o que diz os PCN (2001, p.31):

A Língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geograficamente e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades linguísticas de menor prestígio como inferior ou erradas.

Nesse sentido, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, dominar a língua é um grande passo do educando para que ele possa ter uma participação social plena e concreta, já que é através dela que o ser humano pode expressar suas opiniões e defender suas idéias, construindo, a partir daí, uma visão de mundo justa e consciente, para enfim, produzir o seu conhecimento. O sistema educacional tendo como objetivo principal uma educação democrática e social, bem como cultural, tem por responsabilidade proporcionar a todos os seus educandos o acesso real aos saberes linguísticos necessários aos mesmos para que possam exercer sua cidadania.

Com todas as mudanças que aconteceram nas últimas décadas no ensino de Língua Portuguesa, depois de anos de discussões nas universidades brasileiras, podemos observar que há hoje um enorme interesse em discutir e priorizar os objetivos desse ensino e, que as propostas dos documentos oficiais de ensino também vêm passando por mudanças, tentando se aproximar dos estudos mais inovadores sobre a prática de ensino da língua e sobre suas variações.

Porém, o que podemos observar é que, na realidade ainda há algumas falhas nestes documentos e que isso traz algumas consequências à prática docente. Os PCN estabelecem uma visão variacionista da língua, propondo que o texto seja adotado como uma unidade básica de reflexão da língua nas séries do Ensino Fundamental, reconhecendo a Variação Linguística como algo inerente à língua, o que podemos observar ser um grande avanço. Ele entende a variação como um fenômeno associado a valores sociais e que, cabe aos professores e à escola como um todo cuidar para que não possa existir muito menos se produzir, o preconceito linguístico.

Para o referido documento, o que deve ser trabalhado é a competência comunicativa, onde o aluno seja capaz de interagir com os outros apesar de suas diferenças linguísticas. Segundo os PCN (2001, p. 31):

A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro as diferentes situações comunicativas (...) é saber, portanto, quais variedades e registro da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige.

Mesmo adotando uma visão inovadora sobre a variação lingüística, o que se observa é que tal questão é abordada de maneira superficial, quando se trata da maneira como o professor deve trabalhar isso em sala de aula, ficando o mesmo, muitas vezes, sem saber como unir teoria à prática, e sem saber como desenvolver no aluno a capacidade de adequar o seu registro dependendo da situação. Dessa forma, muitos professores, talvez por falta até mesmo de experiência, são levados a não realizar o seu trabalho de acordo com as propostas dos PCN.

4 CONCEITO DE VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA PELOS LIVROS DIDÁTICOS

Considerando que o livro didático é o principal instrumento de apoio para a atividade didática do professor, o ensino de língua tem sido direcionado em grande parte, para a gramática, e, quando há tentativa de utilizar a abordagem comunicativa o livro didático muitas vezes deixa a desejar.

Como consequência, pode ocorrer a supervalorização da forma padrão em detrimento de outras variedades da língua, que, por sua vez, podem ser vistas com preconceito. Portanto, a gramática tradicional, a prática de ensino e o livro didático formam o círculo formador e mantenedor do preconceito lingüístico. Como afirma BAGNO (2003. p. 73-4):

A gramática tradicional inspira a prática de ensino, que por sua vez provoca o surgimento da indústria do livro didático, cujos autores fechando o círculo, recorrem à gramática tradicional como fonte de concepções e teorias sobre a língua.

Nesse sentido, os livros didáticos colaboram para o estabelecimento do preconceito lingüístico uma vez que priorizam a gramática tradicional impondo o uso de uma única forma adequada de linguagem, pois tem mostrado uma tendência em se concentrar na forma gramatical. A prática prevalente é selecionar e organizar itens da língua-alvo com a intenção de demonstrar de que maneira as regras do sistema podem ser manifestadas através de orações. Menos importância tem sido dispensada às maneiras como essas regras podem ocorrer com o propósito comunicativo enquanto uso.

4.1 Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM)

O Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) foi implantado em 2004, para atender aos alunos do ensino médio da rede pública. Para participar do Programa, as obras devem ser apresentadas em um volume único organizado em relação a um programa curricular que abranja o conteúdo das três séries, contemplando estudos da língua, literatura brasileira e portuguesa e leitura e produção de textos. Assim, a cada três anos, o MEC, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE -, lança o edital que estabelece os critérios pelos quais os livros serão avaliados, para os editores interessados inscreverem suas obras. A análise dos livros é feita por especialistas na área de cada disciplina, no caso desta pesquisa, Língua Portuguesa. Ao final de cada processo, é elaborado o Guia de Livros Didáticos.

Para participar desse Programa, os editores devem observar alguns critérios exigidos pelo MEC, tais como evitar erros conceituais, publicidade, preconceitos (quanto à origem, raça, cor, idade, gênero, orientação sexual e linguagem). Ademais, há os critérios específicos para cada área e, em Língua Portuguesa, tem-se, dentre outros que considerar a língua padrão no contexto da variação linguística, sem estigmatizar as demais variedades. Além disso, o Programa tem como princípio “um tratamento da variação lingüística que não se limite a fenômenos de prosódia ou de léxico, mas que evidencie o fato de que a língua apresenta variabilidade em todos os seus níveis”.¹

O programa prioriza o cuidado para não transmitir ao leitor-usuário a falsa idéia de que só existe variação na língua falada por pessoas sem escolarização formal, o que pode cristalizar a indesejada sinonímia *variação* = erro. O processo de avaliação é realizado por uma equipe de especialistas na área de Língua Portuguesa, especialmente contratada para analisar “as qualidades, deficiências e possibilidades que oferecem aos professores”.²

1 Edital de Convocação para inscrição de livro didático no processo de avaliação e seleção de obras a serem incluídas no catálogo do Programa Nacional do Livro Didático PNLD/2010.

2 Idem.

Os professores estão sendo convocados a participarem desse processo. Para que se reúnam, analisem, discutam e escolham as obras que melhor contribuirão para que os objetivos do projeto político-pedagógico da escola seja alcançado. Os especialistas avaliam cada título sendo que os aprovados irão constar, junto com uma resenha crítica desses livros, no Catálogo de Livros Didáticos que será encaminhado às escolas para que os professores façam a opção pelo livro a ser adotado em sua escola.

4.2 Critérios de Avaliação dos Livros Didáticos

Os critérios para avaliação dos livros didáticos estão divididos em critérios comuns e critérios específicos para Língua Portuguesa. O Edital de convocação para inscrição dos livros didáticos propõe três critérios comuns fundamentais: a) contribuição para a construção da cidadania; b) correção e pertinência metodológicas; c) correção dos conceitos e das informações básicas. E destaca que o critério da correção e da pertinência metodológicas refere-se, entre outras, aos paradigmas teórico-metodológicos que fundamentam as novas diretrizes didático-pedagógicas para Língua Portuguesa, paradigmas esses “relativamente recentes, pouco difundidos e insuficientemente assimilados”, conforme evidencia o Edital. Os critérios específicos de Língua Portuguesa sugerem observar: a) o processo de apropriação da linguagem escrita pelo aluno, assim como das formas públicas da linguagem oral — o mais complexo e variado possível; b) o desenvolvimento da proficiência na norma-padrão, especialmente em sua modalidade escrita, mas também nas situações orais públicas em que seu uso é socialmente requerido; c) a prática de análise e reflexão sobre a língua, na medida em que se fizer necessária ao desenvolvimento da proficiência oral e escrita.

Os critérios relativos à reflexão sobre a língua, e a linguagem e à construção dos conhecimentos linguísticos são os mais importantes para nossa pesquisa. Pois verificaremos a seguir se os autores dos livros indicados pelo MEC inserem em seus livros didáticos o tratamento da variação.

4.3 Análise Variacionista a partir de Livros Didáticos

Com o intuito de verificar questões a respeito do ensino-aprendizagem da variação linguística nas escolas, nos propusemos a analisar três livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino médio, para que pudéssemos constatar se há a abordagem da variação linguística. Os livros foram os seguintes:

Título	Autor(es)	Editora
Língua Portuguesa	Heloísa Harue Takazaki	Ibep – Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas Ltda.
Português e Linguagens	William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães	Atual Editora/ Saraiva Livreiros Editores S/A

Para exemplificar como é feita a análise da coerência entre a teoria sobre a Variação Linguística, serão mencionados dois exercícios, nos quais autores diferentes utilizaram o mesmo texto motivador. Em ambos os livros, o capítulo destinado à variação estão adequados aos critérios estabelecidos pelo MEC.

O exercício foi explorado de maneiras diferentes pelos autores; na primeira, Cereja e Magalhães (2005, p. 23) foi coerente com o que se propôs no capítulo destinado à Variação Linguística talvez sua única falha tenha sido em não orientar satisfatoriamente o professor na sexta questão (dando como resposta apenas “não”, “sim”). Na sétima questão os autores mostram que os jogadores podem ser vítimas de estereótipo por representar uma classe estigmatizada:

“... os jogadores mostram uma linguagem tão pobre e truncada quando são entrevistados.

Desta maneira, a linguagem do jogador da forma natural que ocorre é perfeitamente adequada à situação. Além disso, a estrutura sintática truncada é uma característica da fala. O título do texto “Aí galera” é um bom exemplo de conectivos onde há recorte na linguagem. Observamos que o texto não somente põe em xeque (dúvida) o estereótipo do jogador que fala mal, mas chega a inverter a situação:

Talvez porque o repórter (e também o público esportivo) seja mal preparado ou tenha um repertório linguístico limitado.

Nesse sentido, o texto “E ai galera” ao trazer um discurso erudito para o jogador entrevistado mostra que como o repórter, as pessoas ainda tem preconceito linguístico enquanto a fala dos jogadores. O texto põe ainda em destaque a falta de preparo linguístico das pessoas em aceitar a diversidade lingüística.

No segundo exemplo, a seguir, do livro Língua Portuguesa, de Heloísa Takazaki (p.40), vemos como o mesmo texto pode ser explorado de maneira diferente. A autora questiona se a linguagem muito formal do jogador é “adequada” à situação da entrevista; e aproveita para levar o tema para a realidade do aluno, ao pedir exemplos do cotidiano nos quais há inadequação da linguagem:

A linguagem muito formal do jogador é adequada à situação a entrevista. Comente.

Que outros exemplos você poderia citar de inadequações de linguagem em relação ao contexto?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos que ao estudar qualquer comunidade linguística, a constatação mais imediata é a existência de diversidade ou de variação. Isto é, toda comunidade se caracteriza pelo emprego de diferentes modos de falar. Qualquer língua falada por qualquer comunidade exhibe sempre variações. Podemos afirmar que nenhuma língua se apresenta como uma entidade homogênea. Isso significa dizer que qualquer língua é representada por um conjunto de variedades.

Se para algumas vertentes mais tradicionais é possível estudar a língua de forma autônoma, como entidade abstrata e independente de fatores sociais, para a

Sociolinguística a língua existe quanto interação social. No ensino de Língua Portuguesa as variações linguísticas constituem uma realidade de interações. Cabe aos professores trabalharem estas variedades para que o aluno possa ter acesso a elas e saber em quais contextos sociais podem ser utilizadas, e não restringir o ensino de língua materna à norma padrão, como se esta fosse a única forma de legítima de manifestação da língua.

Constatamos que Ministério da educação- MEC e os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN discutem e priorizam a discussão mais salutar acerca do ensino de língua, porém é necessário que as instituições de ensino participem desse processo assumam a alteração do paradigma que vem vigorando. É preciso mostrar ao aluno que a variação da linguagem se dá por diversos fatores: quanto a seu contexto geográfico, social, cultura e situacional. Como instrumento de apoio ao processo de ensino-aprendizagem de Língua Materna os livros didáticos aqui apresentados foram condizentes com as orientações sugeridas pelo Plano Nacional do Livro Didático – PNLD, pois apresentaram as variedades da língua portuguesa em situações contextualizadas.

Com este trabalho, embora delimitado em seus objetivos e em suas amostras, esperamos ter contribuído significativamente para a avaliação de materiais didáticos através das análises aqui apresentadas. Esperamos também ter trazido contribuições para os profissionais de ensino no sentido de incentivá-los a perceber a língua como expressão de caráter heterogêneo, manifestada conforme os aspectos sociais e situacionais e, principalmente, valer-se desta concepção dinâmica da língua nos programas de estudo da Língua Portuguesa, especialmente no Ensino Médio, permitindo que os alunos possam observar quão flexível é a língua para interpretá-la e usá-la de acordo com cada evento comunicativo.

6 REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolingüística. 12 ed. São Paulo:Contexto, 2003.

_____. **A norma oculta**: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. **Preconceito lingüístico**: o que é, como se faz. 26 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

BORTONI, Stella M. **Educação em língua materna**: a sociolingüística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. SEF/MEC. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília, 2001.

CAMARA JR. Joaquim M. **Estrutura da língua portuguesa**. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CASTILHO, A.T de. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 2000.

HUDSON, Richard A. **Sociolinguistics**. 2. ed. Cambridge: Cambridge UniversitPress, 1996.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Contradições no ensino de português: a língua que se fala x a língua que se ensina**. São Paulo: Contexto, 1995

MOLLICA, Maria C. **Fundamentação teórica**: conceituação e delimitação. In: _____.; BRAGA, Maria L. Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

MONTEIRO, José L. **Para compreender Labov**. Petrópolis: Vozes, 2000.

PERINI, Mario A. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Ática, 2001.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

7 ANEXO

Leia este texto:

Aí, galera

Jogadores de futebol podem ser vítimas de estereotipação. Por exemplo, você pode imaginar um jogador de futebol dizendo “estereotipação”? E, no entanto, por que não?

— Aí, campeão. Uma palavrinha pra galera.

— Minha saudação aos aficionados do clube e aos demais esportistas, aqui presentes ou no recesso dos seus lares.

— Como é?

— Aí, galera.

— Quais são as instruções do técnico?

— Nosso treinador vaticinou que, com um trabalho de contenção coordenada, com energia otimizada, na zona de preparação, aumentam as probabilidades de, recuperado o esférico, concatenarmos um contragolpe agudo com parcimônia de meios e extrema objetividade, valendo-nos da desestruturação momentânea do sistema oposto, surpreendido pela reversão inesperada do fluxo da ação.

— Ahn?

— É pra dividir no meio e ir pra cima pra pegá eles sem calça.

— Certo. Você quer dizer mais alguma coisa?

— Posso dirigir uma mensagem de caráter sentimental, algo banal, talvez mesmo previsível e piegas, a uma pessoa à qual sou ligado por razões, inclusive, genéticas?

— Pode.

— Uma saudação para a minha progenitora.

— Como é?

— Alô, mamãe!

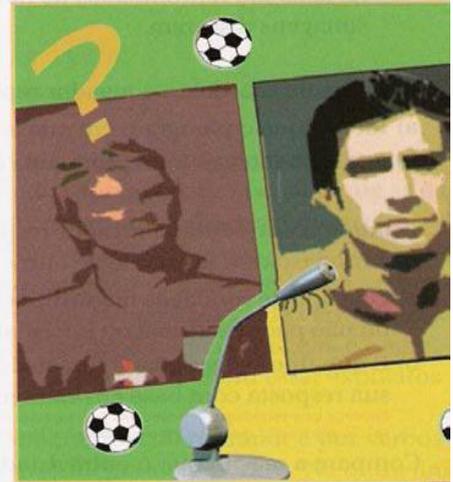
— Estou vendo que você é um, um...

— Um jogador que confunde o entrevistador, pois não corresponde à expectativa de que o atleta seja um ser algo primitivo com dificuldade de expressão e assim sabota a estereotipação?

— Estereoquê?

— Um chato?

— Isso.



(Correio Braziliense, 13/5/1998.)

to, o pra cima, vivon no meio, sem caíça) e de palavras e expressões da linguagem oral ("Ai", "pra", "pegá").

6. Compare a reação que o entrevistador tem quando ouve a primeira resposta do jogador com a que tem quando ouve a resposta reformulada.

a) A primeira resposta é adequada ao interlocutor, ou seja, ao entrevistador e, por extensão, ao público que ele representa? Não.

b) E a segunda resposta? Sim.

7. O texto não somente põe em xeque o estereótipo do jogador que fala mal, mas também chega a inverter a situação. De acordo com o ponto de vista do texto, por que os jogadores mostram uma linguagem tão pobre e truncada quando são entrevistados?

Talvez porque o repórter (e também o público esportivo) seja mal preparado ou tenha um repertório linguístico limitado.



**RESPONDA
SEMPRE
EM SEU CADERNO**

Troque idéias

1. Estereótipo é o lugar-comum, o clichê. Qual é a imagem clichê que as pessoas costumam ter dos jogadores de futebol?
2. O jogador parece surpreender seu entrevistador. Que elementos dão conta disso?
3. A linguagem muito formal do jogador é adequada à situação da entrevista? Comente.
4. Que outros exemplos você poderia citar de inadequações de linguagem em relação ao contexto?
5. Enfim, há no texto "Ai, galera", duas situações que fogem à expectativa do público. Quais são elas?